

**DESAFIOS DE ENSINO SUPERIOR NA ÁFRICA E NO BRASIL: A
SITUAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NA GUINÉ-BISSAU E A
CONSTRUÇÃO DA GUINEIDADE ***

Moema Parente Augel **

ISSN 1415-000X

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA

REVISTA DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UFPE



ppgs  ufpe

VOL. 15, Nº 2
RECIFE
JULHO A DEZEMBRO 2009

DESAFIOS DE ENSINO SUPERIOR NA ÁFRICA E NO BRASIL: a situação do ensino universitário na guiné-bissau e a construção da guineidade

Moema Parente Augel*

Resumo

O trabalho trata, em um primeiro momento, da situação do ensino superior na Guiné-Bissau dentro do contexto da atual precariedade política e socioeconômica do país. Num segundo momento, tendo em vista tanto a constituição étnica e cultural multifacetada do país quanto a artificialidade das fronteiras geopolíticas, criadas arbitrariamente pelo colonialismo, defende a necessidade de se desenvolver o sentimento de pertencimento através da construção e do fortalecimento da “guineidade”, uma vez que a Guiné-Bissau está ainda sem identidade nacional consolidada, com tradições culturais e lealdades locais muitas vezes mais claras em relação à própria coletividade étnica do que à “nação” guineense propriamente dita. A universidade e a escola em geral têm, entre outras, essa responsabilidade e essa tarefa.

Palavras-chave

Guiné-Bissau. Ensino Superior. Pertencimento. Guineidade.

CHALLENGES OF TERTIARY EDUCATION IN ÁFRICA AND IN BRAZIL: the current state of university teaching in guinea-bissau and the construction of “guineidade”

Abstract

This paper firstly discusses the situation of universities in Guinea-Bissau within the context of the precarious political and socioeconomic context in the country. Then, bearing in mind both the multiple ethnical and cultural diversity of the county and the artificial national borders imposed by colonialist, it defends the need to develop a feeling of belonging through the construction and strengthening of “guineidade”, since the country still lacks a strong national identity. Cultural traditions and loyalties are many

* Universidade de Bielefeld, Alemanha.

times more related to a specific ethnic group than to the Guinean “nation”. University and the schools, in general, have the task to help the process of building a national identity.

Keywords

Guinea-Bissau, Tertiary education. Belonging. Guineidade.

A história registrará que o advento da era universitária foi precipitada pela irrupção insólita na cena académica nacional da Universidade Colinas de Boé, sob a impulsão de um grupo de intelectuais e homens de negócio, em homenagem ao XXX^o aniversário da independência da Guiné, em 24 de Setembro de 2003.

As palavras em epígrafe são de João José “Huco”¹ Monteiro, Vice-Reitor da Universidade Colinas de Boé, em palestra proferida por ocasião de um encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, em 2008, em Badajóz, Espanha.

Devido à amplitude do tema, vou concentrar-me na Guiné-Bissau, país onde vivi por alguns anos. Apresentarei, em primeiro lugar e muito brevemente, alguns dados básicos sobre esse país.²

A República da Guiné-Bissau é um Estado da África Ocidental, com uma superfície de 36.125 km², dos quais apenas 28 mil são habitáveis para seus 1,6 milhões habitantes. A taxa de crescimento demográfico anual é de cerca de 3%, tendo-se a projeção, para 2015, de um total de 2,2 milhões de habitantes. Em 2005, a população urbana representava apenas 29,6% do total. A capital, Bissau, segundo os dados oficiais do governo guineense, tem 388.028 mil habitantes, seguida de longe por Bafatá e Gabú. A estrutura etária mostra um país predominantemente jovem: 47,4% da população têm

¹ Huco é o “nome de casa”, pelo qual João José Monteiro é conhecido.

² Para as informações sobre o ensino superior na Guiné-Bissau, baseei-me fundamentalmente em Monteiro e Monteiro (2008) e ainda em Sanhá, Mendes e Semedo (2000). Agradeço aos autores a permissão para utilizar esse material da maior relevância, ainda inédito, uma vez que quase não há documentação a respeito.

menos de 15 anos – e a expectativa média de vida ao nascer é de 45,5 anos, registrando-se altíssimas taxas de mortalidade infantil.³

A agricultura é a principal fonte de rendimento do país, perfazendo 61,8% do Produto Interno Bruto, enquanto que o setor terciário cobre apenas 26,8% e a indústria, muito incipiente, não ultrapassa os 7,2% do PIB. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, tendo-se aguçado a pobreza depois do conflito político-militar de 1998-99, com o interior do país mais atingido do que Bissau, com grande carência dos serviços sociais de base, como saúde e educação. A taxa de analfabetismo, atualmente calculada em 65%, aumenta para 85% entre a população feminina.

Como João “Huco” Monteiro comenta,

desde 1998, após as primeiras eleições pluralistas, o país enfrenta um persistente ciclo de instabilidade política, iniciada por uma guerra civil, seguida de golpes de estado e de um invulgar turnover a nível dos gabinetes governamentais. Desde 1994, data de eleição do primeiro parlamento democrático, nenhuma legislatura foi concluída normalmente (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008, p. 4).

A Guiné-Bissau figura como um dos últimos países africanos a ter uma universidade, enquanto, olhando-se em torno, constata-se que em outros países também vítimas da colonização a situação foi diferente.

A primeira universidade do continente americano foi criada em 1538, em Santo-Domingo, seguida da Universidade de Lima (Peru), em 1557, a do México, em 1559, a de Bogotá, em 1573. Os ingleses fundaram a Universidade de Harvard em 1636. No Brasil, a primeira instituição de nível superior data de 1808, a Escola de Medicina da Bahia, resultado de um dos primeiros atos de D. João VI, logo após ter chegado ao país. Seguiu-se, no

³ Os dados estatísticos aqui arrolados foram baseados principalmente em Monteiro e Monteiro (2008). O último censo demográfico completo do país foi em 1999. Em 2005, foi realizada uma projeção que tem sido desde então utilizada. As informações a respeito variam muito, os dados são mais estimativas e projeções, podendo haver variações. Depois de 17 anos, estava agendado um censo geral para março de 2009, mas que não foi efetivado devido às convulsões políticas ocorridas.

mesmo ano, a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Como universidade, isto é, como conjunto de faculdades, a primeira foi a da Amazônia, em 1909.

Na África, a Universidade da Serra Leoa nasceu nos finais do século XVIII; a de Uganda e a primeira escola normal superior e federal no Senegal foram fundadas no início do século XIX. Ingleses, espanhóis e franceses demonstravam, com tais iniciativas,

uma vontade assumida de implantar novas instituições e de munir esses territórios de quadros destacados, com aptidões para dirigir o Estado, a Administração e os negócios, especialmente homens de lei, mesmo se através da formação das elites, prosseguia-se igualmente o objectivo do enraizamento da religião e de referências culturais europeias na América dominada (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008, p. 7).

Portugal demorou até a metade do século XX para seguir o exemplo dos outros países colonizadores. Angola abrigou um incipiente ensino universitário somente em 1962; a sua primeira universidade pública foi criada em 1968, a partir da transformação dos Estudos Gerais Universitários de Angola na Universidade de Luanda que, após a independência, mudou o nome para Universidade de Angola e finalmente para Universidade Agostinho Neto (1985).⁴ A Universidade Católica de Angola, uma instituição privada, foi fundada em Luanda em 1999, pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé. Oferece um curso propedêutico, além de cursos de Direito e de Economia.⁵

A Universidade Eduardo Mondlane é a maior e mais importante universidade em Moçambique, tendo sido fundada em 1962, com a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, passando em 1968 a Universidade de Lourenço Marques. Em 1976 – um ano depois da independência – foi rebatizada com o nome atual, homenageando Eduardo Chivambo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, iniciador da luta armada

⁴ Cf. material disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Agostinho_Neto>. Acessado em: 02.2009.

⁵ Cf. material disponível em: <http://www.ucan.edu/Ficheiros_aspx/index.aspx>. Acessado em: 02.2009.

pela libertação moçambicana.⁶ A Universidade Católica de Moçambique (UCM) foi fundada oficialmente em 1995 como uma instituição de ensino superior privada, voltada especialmente para as províncias do centro e norte do país. Em 1996, foi aberta a Faculdade de Economia e Gestão, em Beira, e a Faculdade de Direito, em Nampula, ambas fora da capital moçambicana, com o objetivo de diminuir as desigualdades no acesso à formação, dentro do espírito da paz e reconciliação. Hoje são sete os centros da UCM: Beira (1996), Nampula (1996), Cuamba (2000), Pemba (2002), Chimoio (2005), Tete (2009), Quelimane (2009).⁷

A Universidade do Cabo Verde foi criada em 1995, começando a funcionar um ano depois. Foi concebida segundo os padrões brasileiros de instituições públicas de ensino superior. Dos 300 professores do ensino superior de Cabo Verde, só 3% eram inicialmente doutores e 21% tinham mestrado. O Brasil parece ter contribuído com consultoria técnica no planejamento da universidade, além de qualificar professores. Neste ano de 2009, viu-se o primeiro estudante a doutorar-se por aquela instituição.⁸

O ensino superior na República Democrática de São Tomé e Príncipe está ainda pouco desenvolvido; limitava-se, pelo menos até 2005, ao Instituto Superior Politécnico, criado em 1998, direcionado sobretudo para as áreas da Pedagogia e da Administração e Gestão. Conta, ainda pelo que podemos constatar, com duas instituições particulares, uma são-tomense, o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (desde 2005 ou 2006) e com a presença da Universidade Lusíada (desde novembro de 2006).⁹

O surgimento do ensino superior na Guiné-Bissau passou por muitas etapas até concretizar-se. A iniciativa de criação da universidade na Guiné-

⁶ Cf. material disponível em: <<http://www.uec.mz/>>. Acessado em: 02.2009. Embora uma universidade ainda jovem, é a mais antiga e, durante muito tempo, a única em Moçambique.

⁷ Cf. material disponível em: <<http://www.ucm.ac.mz/cms/index.php>>. Acessado em: 02.2009.

⁸ Cf. material disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1156>>. Acessado em: 02.2009.

⁹ Não conseguimos encontrar material mais atual a respeito do ensino superior de São Tomé e Príncipe. Cf. por exemplo: <http://www.santolas.net/forum/?view=s&id=94>. Acessado em 09.2009.

Bissau apoiou-se nas diretrizes do Plano-Quadro Nacional “Educação para o Desenvolvimento Humano”,¹⁰ baseado na constatação que a Guiné-Bissau precisa formar internamente seus quadros, com vista a um desenvolvimento durável e auto-sustentado.

Numa breve retrospectiva, lembremos que a independência do país trouxe, dentro do espírito da luta libertária, entendida, conseqüentemente, também como cultural, uma primeira reforma do ensino. Foram criados o Gabinete de Estudos e Orientação Pedagógica, a Escola de Direito, a Escola Normal Superior “Tchico Té”, todos em 1979. Do mesmo ano é também a criação da Escola Nacional de Educação Física e dos Desportos, inicialmente muito amparada pela cooperação cubana.

O Destacamento “Tchico Té” viria a passar à Escola Normal Superior nos anos de 1983-84, com o nível de bacharelato, admitindo alunos com o nível de 11ª classe e formando professores para todo o ensino secundário, tanto o geral quanto o complementar. A antiga Escola de Habilitação de Professores, do Posto Escolar de Bolama (EHPP), dedicada à formação de professores do ensino básico, da primeira à quarta classe, foi elevada ao nível de Escola Normal, ostentando o nome do líder Amílcar Cabral, formando professores do ensino básico elementar e complementar (da 1ª à 6ª classe). A par desta, foi criada em Bissau a Escola Normal 17 de Fevereiro, destinada à formação de professores do ensino básico.¹¹

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), internacionalmente respeitado por seus trabalhos no campo dos estudos sociais, econômicos e políticos, é de 1984 e tem sob sua responsabilidade o Arquivo Histórico e a Biblioteca Pública. Registrem-se ainda a criação do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Ensino (INDE), em 1985, e da Faculdade de Medicina,

¹⁰ O Plano tem data de fevereiro de 2003 e nele podemos ler o seguinte: “O ensino superior é muito pouco desenvolvido e a formação da maior parte dos quadros superiores desenrola-se no estrangeiro. Os principais países de acolhimento são os denominados no passado por países do leste europeu tal como a ex União Soviética e outros países amigos como Portugal e Cuba. O ensino superior considerado como não Universitário compreende Escola nacional de saúde, Escola Normal superior Tchico Té. Estas escolas recrutam após o ensino liceal para um ciclo de formação de 3 anos. A Universidade Amílcar Cabral que deverá abrir as suas portas em 2002/2003 permitirá formar localmente os quadros superiores de que necessitam a administração e o sector privado”. Cf. material disponível em: <<http://www.educationdev.net/educationdev/Docs/gu2.PDF>>. Acesso em: 02.2009.

¹¹ Agradeço a Odete da Costa Semedo pelas informações contidas neste parágrafo.

em 1986. Processou-se também uma reestruturação do ensino técnico e profissional.

Já em 1981, Mário Cabral, então Ministro da Educação e Cultura, havia se empenhado no projeto de uma Universidade Regional, abarcando os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) sem estrutura universitária, a saber: Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Em 1991, Carlos Lopes (fundador do INEP) apresentou pela primeira vez um documento fundamentando a necessidade de dotar o país de uma instituição de ensino superior.¹²

A Faculdade de Direito de Bissau (1999) resultou da transformação da antiga Escola de Direito, sendo a instituição de maior prestígio nacional e internacional. Está diretamente ligada à Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. A cooperação portuguesa tem viabilizado o envio de muitos professores e assessores científicos, além de contribuir com uma incipiente biblioteca e com o financiamento de conferências e seminários.

Segundo João “Huco” Monteiro, em 1995,

a universidade portuguesa Lusíadas esteve em negociações avançadas com o Ministro Paulo Silva com vista a sua implantação na Guiné, como um estabelecimento privado. O processo ficou interrompido com a queda do governo dirigido pelo Coronel Saturnino da Costa. [...] Finalmente, em 1999, o Governo de Unidade Nacional cria a Universidade Lusófona Amílcar Cabral, sob o impulso pessoal de Francisco José Fadul, então primeiro-ministro (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008, p. 6).

O ano de 2003 foi um marco definitivo para o ensino superior na Guiné-Bissau, com o início das atividades, quase ao mesmo tempo, de duas importantes instituições: a Universidade Amílcar Cabral (UAC)¹³ e a Universidade Colinas de Boé (UCB).¹⁴

¹² Em 1993, Huco Monteiro e Delfim da Silva insistem na necessidade imperiosa da criação de uma instituição universitária no país. Cf. Monteiro e Silva (1993).

¹³ Cf. <<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por006008&dte=15/11/2003>>. Acessado em: 02. 2009

¹⁴ Cf. <www.agenciabissau.com/porta.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=135-31k>. Acessado em: 02. 2009

A Universidade Amílcar Cabral foi fundada em 1999, através de um protocolo de cooperação entre o Governo da Guiné-Bissau e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal. A Universidade Colinas de Boé deve sua criação à iniciativa de um grupo de guineenses, em colaboração com o Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, tendo sido festivamente inaugurada a 24 de setembro de 2003. Ambas as instituições iniciaram de fato as atividades em 2004, concentrando-se primeiramente em cursos preparatórios para o ensino superior, com o intuito de compensar as graves falhas do curso secundário oferecido no país, além de alguns ainda poucos cursos de licenciatura.

A Universidade Amílcar Cabral, até novembro de 2008, era pública e a Universidade Colinas de Boé é uma instituição de direito privado, mas sem fins lucrativos. Com o surgimento das universidades, a oferta de formação de nível superior na Guiné-Bissau tornou-se mais densa e mais enriquecida. A Universidade Amílcar Cabral chegou a oferecer treze licenciaturas, a Universidade Colinas de Boé, quatro; acrescentem-se os cursos de Direito e o de formação de professores da Escola Normal Superior “Tchico Té”.

Complementando o ensino secundário guineense, cujo sistema é de onze anos, as duas universidades oferecem um ano propedêutico, com uma formação destinada a consolidar os conhecimentos em línguas, informática e disciplinas específicas das áreas escolhidas. A estrutura curricular deste Ano Preparatório para o Ensino Superior (APES), como é chamado na UCB, apresenta uma coluna mestra, além de áreas opcionais, escolhidas livremente pelos estudantes (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008, p. 15).

Não obstante serem cobradas taxa de inscrição e mensalidades em ambas as universidades, e mesmo levando em conta o baixo poder aquisitivo da população, a demanda é bastante grande: para o ano escolar 2004-2005, encontravam-se inscritos nos diferentes estabelecimentos do ensino superior cerca de 4000 estudantes, sendo a proporção dos estudantes do sexo feminino de um terço.¹⁵

¹⁵ O pagamento varia consoante a instituição; a inscrição custa 5.000 XOF (Francos CFA, a moeda corrente guineense), na Faculdade de Direito de Bissau (FDB), 10.000 XOF na UAC e mesmo 20.000 XOF na UCB (até 2008). A mesma variação é registrada relativamente às mensalidades. A frequência é gratuita na Escola Normal Superior Tchico Té (ENSTT), na Escola Nacional de Saúde (ENS) e na Faculdade de Direito de Bissau (FDB). No CENFA, a mensalidade foi estipulada em 10.000 XOF, na ULAC, ela é de 15.000 XOF e na UCB, de

A fraca qualificação do corpo docente, como lembra João “Huco” Monteiro, é um dos mais graves problemas que enfrenta a ambição universitária guineense, na medida em que as instituições funcionam fundamentalmente com professores locais, sem qualificação apropriada, dispondo de poucos meios, praticamente sem bibliotecas especializadas, por exemplo. A docência é ainda, infelizmente, assegurada basicamente por licenciados, alguns mestres e muito raros doutores.

A construção da “guineidade”

Depois desta rápida apresentação sobre os estudos universitários na Guiné-Bissau, gostaria de chamar a atenção para um ponto que considero da máxima importância na conjuntura atual daquele país e que reputo ser em grande parte responsabilidade das universidades e dos intelectuais em geral: a construção da “guineidade”.

Vou tentar explicar-me.

Os Estados modernos, quase todos, possuem uma longa história de formação da nacionalidade, com símbolos, datas e heróis para criarem e estimularem o sentimento de pertença do cidadão e da cidadã a essa unidade abstrata e emocional que é a Nação. O Brasil tem Tiradentes, o Sete de Setembro, o Rio de Janeiro e a Bahia, Brasília e os índios; e mesmo a pluralidade étnica dos seus habitantes é transformada no canto ufanista a uma nação única e múltipla. Portugal celebra as façanhas das navegações transatlânticas pioneiras, ostentando o orgulho pelo desbravamento e conquista de terras desconhecidas.

O mesmo se dá em outros países latino-americanos que desenvolveram seus projetos político-educacionais para plasmar a representação simbólica de uma comunidade de destino, de história e de cultura. Através dos intelectuais novecentistas, e daí por diante, firmou-se a comunidade

20.000 XOF para a frequência do ano propedêutico e em 21.000 XOF para os cursos universitários. A UCB vive integral e exclusivamente desses proventos (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008, p. 17). O Franco da Comunidade Financeira da África, conhecido como Franco CFA, é válido para vários países da África Ocidental que estiveram sob a colonização francesa e já circula na região desde 1947. A Guiné-Bissau passou a integrar essa aliança econômica em 1997. Sobre o assunto, cf., entre outros, Augel (2007, p. 67).

imaginada ou desejada, a *pátria nostra*, alternando-se imagens positivas e imagens negativas do pertencimento ao torrão natal.

No Brasil, houve, desde muito cedo, a intenção e a realização, por parte do poder patriarcal como ideologia da oligarquia rural do país, de uma construção aprimorada e cuidadosa da idéia que levasse ao orgulho da unidade nacional, da nossa identidade como nação, independente, bela, heróica e próspera. No Brasil, mesmo quando o Estado ainda estava a aprumar-se como tal, já existia a preocupação de delimitar e definir como “daqui” os bens culturais que se produziam no país, em contraponto com os “de lá”, isto é, os da antiga metrópole do outro lado do Atlântico. O jovem Estado brasileiro se empenhava em demarcar e realçar suas particularidades, em nacionalizar a língua comum, e um dos instrumentos para isso foi a literatura, além da preocupação, já desde muito cedo, quanto a uma historiografia de fato brasileira. São muitas as obras que procuram promover a construção da nacionalidade desde o século XIX e essa preocupação continuou e continua até os nossos dias. A historiografia brasileira do século XIX iniciou a construção de uma grande narrativa, oficial e presente nos livros didáticos, totalmente coerente com os princípios ideológicos de afirmação do Estado nacional brasileiro, primeiro na fase do Império e depois na da República. Por ocasião dos festejos e comemorações dos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil, foram publicados estudos e reflexões sobre a temática, sendo um dos pontos ressaltados com muita consciência e empenho justamente este de explorar o sentimento de orgulho nacional.

Na Guiné-Bissau, pelo menos pelo que me consta, falta ainda quase que completamente esse tipo de preocupação ou de cuidado. Carece de uma estratégia a ser perseguida com a finalidade de esboçar, divulgar e alimentar o Projeto Guiné-Bissau. E faltam os instrumentos para tal.

Entre os recursos amalgamadores do sentimento de pertença da população a uma comunidade nacional, cultivados sistematicamente pelos Estados nacionais, contam técnicas mnemônicas coletivas, institucionalizadas, em especial, a partir da educação cívica mediada, por exemplo, pela escola e pelos livros didáticos, com ênfase em suas imagens. Fazem parte da salvaguarda da memória nacional e coletiva, igualmente, os monumentos e os museus, os arquivos e as bibliotecas, assim como os festejos de caráter comunitário. A intenção didatizante e política, no sentido lato do termo, é preservar a memória coletiva, registrando fatos,

comemorando efemérides, celebrando guerras passadas com o culto aos heróis e a lembrança dos mortos, animando o grupo social através de paradas cívicas e hinos patrióticos.

Na Guiné-Bissau, inexistem – ou quase – mecanismos desencadeadores ou nutridores desse sentimento de pertença, mecanismos que ajudem o despertar da cidadania. O precário estado da rede escolar e o baixo nível de ensino não constituem instrumentos satisfatórios. O que existe, sobretudo, é o discurso autoritário, superficial, pedagógico e demagógico, pautado na glória nacional das lutas libertárias. A grande preocupação de Amílcar Cabral, o “pai da nacionalidade guineense”, em insistir na importância da cultura como meio de resistência contra o aniquilamento identitário programado pelas instâncias colonizadoras, passava pela valorização despreconceituosa de *todas* as diferentes culturas étnicas, cuja soma deveria constituir a cultura nacional. A herança ideológica deixada por Amílcar Cabral tem sido desvirtuada, mas em seu nome continua uma fala autopromocional, hoje em flagrante crise de conteúdo.

A Guiné-Bissau está ainda sem identidade nacional consolidada, com tradições culturais, lealdades étnico-locais e convicções de pertencimento muitas vezes mais claras em relação à própria comunidade étnica do que à “nação” guineense propriamente dita. É dentro de tal contexto, e tentando descortinar possíveis novas perspectivas para a Guiné-Bissau, que desejo falar da Universidade e do ensino superior, falar do papel da Universidade para a construção da guineidade. Tais reflexões podem servir igualmente para outros países, Angola ou Moçambique, por exemplo.

O estado de marasmo, o desgoverno e a falta de análise clara dos caminhos e descaminhos do destino nacional é um assunto que diz respeito a toda a sociedade, especialmente à sociedade civil. E entre as forças vivas da sociedade, a universidade conta como uma das instâncias de primeira linha, tanto como espaço de reflexão dos destinos nacionais quanto como entidade de formação da elite pensante do país.

Ali, os desafios do ensino superior se colocam especialmente dentro da procura de caminhos que possibilitem a saída do impasse no qual a política e os militares conduziram a sociedade. Refiro-me à função das universidades e dos intelectuais em geral, insistindo que a formação de novas abordagens de cidadania e a busca de perspectivas para o futuro do país não devem e não podem ser deixadas somente a cargo dos políticos e dos órgãos

governamentais. A construção da guineidade é, a meu ver, uma das tarefas mais urgentes neste momento de preocupantes convulsões político-sociais e diz respeito a toda a sociedade. É importante, sim, acreditar em si mesmo como povo, o povo que soube livrar-se heroicamente do colonialismo; mas também aprender a reconhecer-se como povo que tem uma imensa e variada riqueza cultural, que tem um passado que começou muito antes da chegada dos invasores; aprender a acreditar e a apostar na capacidade de mudança, na responsabilidade de cada um, de cada uma; ter convicção em poder exclamar: “Sim! Nós podemos!”

Esse pequeno e problemático país conseguiu a proeza hercúlea de afrontar e vencer uma potência européia, superior em armamento, em conhecimentos bélicos e estratégicos, em possibilidades econômicas e em interligações diplomáticas e militares – elementos que a experiência e a ambição imperialistas tinham aperfeiçoado no decorrer de vários séculos. Foram onze anos de conflito armado, onze anos de ação e reação, rumo à independência, antecedidos de vários outros anos de preparação na clandestinidade. O engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, com mais um punhado de jovens guineenses e cabo-verdianos, ousou fundar, em 1956, em Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (o PAIGC), núcleo e motor do movimento de independência, com militantes organizados clandestinamente, tanto no continente africano como em Portugal. O sonho de alguns poucos idealistas conseguiu convencer e eletrizar as populações heterogêneas e desiguais daquele território do oeste africano, levando-as à vitória contra as forças colonialistas, antes da independência de Angola, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde – vitória concretizada com a proclamação unilateral de independência a 24 de setembro de 1973, sete meses antes da revolução que libertou Portugal do regime ditatorial fascista. Esta guerra assimétrica emocionou o mundo e mobilizou uma grande rede de simpatia e solidariedade. O título de “combatente da liberdade da pátria” é, ainda hoje, decorridos quase quarenta anos, motivo de orgulho e vaidade para os veteranos deste confronto e não só para eles. A guerra de libertação continua a render capital, sendo o distintivo preferido dos grupos que detêm as rédeas do país. Os antigos “comandantes” continuam a vangloriar-se dos feitos passados e a aproveitar-se dessa aura para o próprio benefício. O “sol da independência” já não se encontra em seu zênite, as turbulências atmosféricas são inquietantes, e tempestuosas nuvens

ameaçam no presente a paz na Guiné-Bissau. Se bem que freqüentemente sacudido por tormentas e terremotos morais e políticos, o povo guineense não cessou de ter esperança e, mais uma vez, decorridos os trágicos assassinatos de março passado, o país prepara-se para novas eleições, em junho de 2009, renovando as esperanças, apurando-se para encetar mais uma etapa de sua história.

Cabe hoje em dia às cabeças pensantes do país tecer em filigrana esse delicado projeto de construção da identidade nacional – deixando para trás o período de autoritarismo e autocracia que trouxe estagnação e novas formas de dependência; repensando a democracia que não conseguiu ainda inverter os rumos da decadência; questionando o liberalismo que tem aguçado as desigualdades sociais e a ambição de bem-estar pessoal dos dirigentes; redimensionando os caminhos para a inserção na economia mundial que trouxe novos perigos de instabilidade e até de aniquilamento para o país.

Até hoje, a historiografia oficial falhou, não se empenhando em traçar uma visão do país para o futuro nem em fazer convergir todas as forças da sociedade em favor de alicerçar os ideais que possam assegurar, ou ao menos tentar construir um futuro para todos. Na verdade, não houve empenho por parte da governança, e é justamente a visão alternativa, vinda de um outro lado, representado por escritores, estudantes, intelectuais de modo geral que, com sua voz crítica, intervencionista e cheia de idealismo e esperanças, está hoje em dia narrando a história da Guiné-Bissau para os “meninos de amanhã”, expressão tão cara a Amílcar Cabral.

Falar de nação, nacionalismo e identidade nacional na Guiné-Bissau é confrontar-se com uma série de dificuldades. O país não corresponde em quase nada ao que se toma, normalmente, como indicativo de “nação”, com língua, cultura, religião, tradição comuns. Tampouco o Estado está em condição de exercer uma coerção ou de oferecer atrativos político-econômicos bastante fortes para constituir uma entidade moderna, no sentido de uma nação dinâmica que garanta o bem-estar dos seus cidadãos. As tradições culturais variam enormemente entre as etnias seguidoras das religiões tradicionais e as islâmicas, sendo inevitáveis as fricções entre várias etnias, mesmo havendo, como de fato há, uma grande miscigenação entre as “raças” (como se diz popularmente na Guiné-Bissau) e uma mútua tolerância. As identificações, o sentimento de pertencimento, se orientam muito mais pela família, a aldeia e a etnia, como já disse acima, do que em relação ao Estado, que não

oferece quase nada em termos de infra-estrutura física, serviços sociais e educacionais ou suporte ideológico, dependendo em tudo, e praticamente para tudo, da “cooperação” e dos “doadores” bilaterais e multilaterais. Não existe história “nacional” fora de certo verniz de ideologia anti-colonial e da decisão dos Estados africanos de não questionarem as fronteiras geopolíticas arbitrárias criadas pelo colonialismo. A independência desembocou em autoritarismo tanto da elite militar constituída pelos “heróis nacionais” quanto da pequena burguesia colonial, como também em descabros administrativos, econômicos e políticos.

Por tudo isso, minha tese aqui defende a urgência da necessidade de se alimentar e propagar no país a guineidade. Trata-se, sei, sabemos muito bem, de um conceito *imaginado*, como o é, segundo Anderson, a idéia de nação, como também a de etnia, mas nem por isso menos relevante. Como os historiadores argentinos Andrés Cisneros e Carlos Escudé se expressaram:

Por certo, como Benedict Anderson postulou, muito mais importante do que tentar definir objetivamente as nações é talvez compreender que, subjetivamente, a nação se imagina, o que é um fenômeno da maior relevância empírica. Não importa que fatores unam uma população, se dois segmentos da mesma se imaginam irremediavelmente unidos. Não importa que fatores separem uma população se seus integrantes se imaginam fazendo parte de um mesmo povo com destino comum. O que move até o fanatismo e às vezes até a morte reside no sentimento de pertencimento que se imagina, e não na etnicidade “verdadeira”; no subjetivo, e não no objetivo (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000, [s.p.]).

Para isso, porém, é impreterivelmente necessário descolonizar as mentes, livrar-se do complexo colonial. Edward Said comenta que, apesar de emancipadas, as nações descolonizadas continuam, sob muitos aspectos, “tão dominadas e tão dependentes quanto o eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências européias”, concluindo que, mesmo no final do século XX, “o ciclo imperial do século passado parece se repetir em alguns aspectos” (SAID, 1999, p. 51).

Eu acrescentaria: mesmo no final da primeira década do século XXI, essa situação continua a prolongar-se. O neocolonialismo reflete um tipo

de controle mais sutil das antigas colônias, processado pela continuada cooptação das elites nativas e do poder hegemônico local, cúmplices das potências neocoloniais em detrimento dos interesses do povo. É mantida a dependência, tanto no plano material, concreto, político-econômico quanto no plano do subconsciente, das populações exploradas, submetidas a uma sujeição psicológica e mental, que as leva a querer satisfazer suas necessidades culturais e materiais, a partir dos bens e valores etiquetados como imprescindíveis por parte desse mundo primeiro e perfeito. Como já afirmara Frantz Fanon, “o opressor, pelo carácter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir” (FANON, 1980, p. 42). Essa “imposição” é assimilada, deglutida, e a ideologia capitalista se inocula no pós-colonizado, condicionando seu comportamento e sua maneira de pensar. Tão criminosa mutilação foi uma forma da qual os poderes hegemônicos exógenos se serviram para reduzir ainda mais a autenticidade, o “próprio” de cada cultura, de cada grupo étnico: despossuindo-os de seus próprios valores, de seus bens simbólicos, de seus hábitos característicos para, esvaziando-os, preenchê-los e satisfazê-los com os valores e produtos do mercado colonial, primeiramente e, depois, das transações do mundo industrial, moderno e desenvolvido (SEABROOK, 2001).

Vou dar um exemplo recentíssimo, mas que não é o único e provavelmente não será o último. Preparando esta comunicação, procurei dados sobre as duas universidades guineenses: a Universidade Amílcar Cabral, pública, ligada ao governo e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, fundada em 1999, mas em funcionamento efetivamente apenas a partir de 2003; e a Universidade Colinas de Boé, particular, aberta naquele mesmo ano de 2003. Ambas, como as demais instituições de ensino superior e técnico do país, são apoiadas e assessoradas por universidades estrangeiras, nestes dois casos por instituições portuguesas. Qual não foi minha surpresa ao verificar que a Universidade Amílcar Cabral foi dissolvida em 1º de novembro de 2008, cedida pelo governo guineense, na pessoa do Primeiro-ministro Carlos Correia, a uma universidade particular portuguesa, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal, instituição que já antes a apoiava e que, de agora em diante, tem o absoluto domínio e totais direitos sobre aquela Casa de ensino, que passou de pública a particular,

mudou de nome, perdendo o patrono histórico, passando a ser Universidade Lusófona da Guiné.¹⁶ A aberração começa pela designação politicamente incorreta, com referência ao topônimo empregado nos tempos coloniais: Guiné, não Guiné-Bissau, a república independente e soberana desde 1973! Os professores, em sua maioria, como também o reitor, foram sumariamente dispensados.¹⁷ Logicamente, isso aconteceu obedecendo ao poderoso argumento em nome de uma suposta melhor qualidade do ensino. De agora em diante, predominarão docentes portugueses. Excelente oportunidade para muitos profissionais “de lá”, sem oportunidades no próprio país. Não espanta, com um exemplo desses, o êxodo dos quadros nacionais guineenses que não se vêem valorizados.

O Ministro da Educação Nacional e Ensino Superior, Marcelino Vaz, que rubricou o documento, disse estar esse acordo inserido na iniciativa do Executivo de Bissau em estabelecer a parceria com o grupo Lusófonas, no sentido de promover o aumento da qualidade do ensino na Guiné-Bissau. Asseverou que “os ganhos desta parceria vão permitir o relançamento da Universidade Amílcar Cabral”, acrescentando que “será barômetro desejado pelo governo para reduzir as desigualdades sociais e permitir o desenvolvimento econômico do país”.¹⁸

¹⁶ “O governo da Guiné-Bissau cedeu ontem a Universidade Amílcar Cabral à Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologia de Portugal”. Universidade Lusófona é já uma realidade na Guiné-Bissau. *Portuguese News Network* (PNN), 03.11.2008. Disponível em: <<http://www.guinebissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=3396>>. Acessado em 02. 2009.

¹⁷ Cf. o artigo do ex-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Amílcar Cabral (ADUAC), Selo Djaló, um dos muitos professores que se afastaram daquele estabelecimento: “Universidade Lusófona da Guiné (ULG): não havia necessidade”. O artigo está, entre outros, em *Africanidade.com*, jornal de informação diária sobre os PALOP em particular e a África em geral, concebido para funcionamento *on-line*. Djaló escreveu vários artigos no mesmo teor, por exemplo, já em 22.10.2008: “Golpe de Estado na Universidade Amílcar Cabral”; ou depois de consumada a doação, em 07.11.2008, protestando contra essa interferência, com o título: “Que terá levado o Governo a ceder a Universidade Amílcar Cabral ao Grupo Lusófonas?”. Cf. as referências bibliográficas no final deste artigo.

¹⁸ Cf. “Universidade Lusófona é já uma realidade na Guiné-Bissau”. Cf. <http://www.guinebissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=3396>. Notícia datada de 03.11.2008, acessada em 02.2009. O Grupo Lusófona expandiu-se para além das fronteiras portuguesas, tendo escolas superiores no Brasil, em Cabo Verde, em Angola e em Moçambique.

Pergunto-me se tudo isso foi obra de ingenuidade ou de hipocrisia, de má fé, ou de falta de visão crítica e mesmo política. Como reduzir as desigualdades sociais a partir de uma universidade paga, visando ao lucro e totalmente voltada para os interesses estrangeiros? Trata-se, a meu ver, de exemplo gritante, constrangedor e extremamente prejudicial de autocolonialismo, de invasão imperialista das idéias e de genocídio cultural.¹⁹

Como sair desse impasse? Como alertar os espíritos, como formar mentes abertas e atentas para o perigo de imiscuições desse teor?

Sem dúvida nenhuma, a escola, desde a elementar, mas principalmente a superior, tem esta tarefa e mesmo esta missão: a missão de despertar uma cultura política, uma ação participativa, de tornar realidade a sociedade civil para que ela não se torne o que Fafali Koudawo uma vez perguntou: seria a sociedade civil na África um novo mito ou uma simples miragem? Ou se poderia esperar dela uma realidade em movimento? (KOUDAWO, 1996, p. 69).

Não tenho dúvida de que um dos principais instrumentos para essa realização é o livro. São os escritores. É a literatura. Fazer ler é ajudar a pensar. *Ler faz a cabeça*, diz um *slogan* atual muito oportuno.²⁰

É dentro do discurso literário que a Guiné-Bissau está aos poucos processando o campo do pensamento identitário e a configuração do caráter nacional, distanciando-se seus escritores da dicção hegemônica, restritiva, monolítica, que interpreta a nação como aparato do poder ideológico do Estado.

A música de intervenção, popular e tão apreciada, é, ao lado da literatura, outro – e certamente o mais imediato – instrumento de mobilização e conscientização das massas, com a vantagem de atingir de fato as pessoas e, esperemos, ajudar a pensar e a sacudir o jugo da autocolonização, da alienação das mentes e dos espíritos.

¹⁹ Ao fazer a revisão deste artigo, verifiquei que, depois dos protestos da sociedade civil guineense, inclusive da Associação dos Docentes da UAC, foi recuperado o primitivo nome da instituição que voltou a figurar como Universidade Amílcar Cabral, o que empalidece, pelo menos exteriormente, a presença da universidade portuguesa em Bissau. Cf. <http://www.didinho.org/ADEUSPROFVITALINCOPTTE.htm>, acessado em 09.2009.

²⁰ Foi, por exemplo, o título de uma exposição de livros da República Federal da Alemanha em cidades brasileiras em 1987.

Pois, na verdade, no momento presente, os escritores guineenses estão escrevendo para o futuro, uma vez que não são muitos os leitores na Guiné-Bissau! A literatura deveria ter um papel construtor da identidade nacional, poderia exercer influência na formação de uma identificação nacional, mas presentemente são ainda muito poucos os que têm o costume de ler. Está melhorando, mas a ausência de bibliotecas, de livrarias, de uma rede de circulação do livro, o baixo poder aquisitivo, o hábito não desenvolvido de leitura, a fraca formação dos professores, e mesmo a ausência de professores competentes, a ausência de literatura nos currículos – são fatos reais e desoladores, barreiras que precisam ser ultrapassadas.

As duas universidades que se estão afirmando na capital (só na capital!!) vão certamente ajudar a mudar a situação. Também a *internet* está desempenhando um papel de divulgação e não é de se desprezar a penetração, a popularidade, a aceitabilidade desse moderno meio de comunicação. Há alguns *sites* bastante informativos, inclusive seções que contemplam a literatura e a história. Há também *sites* de qualidade lamentável, perigosamente transmissores de informações falsas ou reducionistas.

Novos desafios se mostram para a representação da África, da africanidade, da Guiné-Bissau, da guineidade. Os menores dos países africanos dentro do espectro da “família” lusofalante, a Guiné-Bissau, junto a São Tomé e Príncipe, têm, através da sua literatura e da sua música, a possibilidade de exibir suas idiossincrasias e o fazem belamente. Os escritores e músicos guineenses aceitam e reconhecem a multiplicidade, longe de qualquer conflito, e deixam a cada passo transparecer em suas obras essa convicção de um futuro comum dentro do mosaico cultural do país. A auto-referencialidade diferenciada do tesouro cultural guineense, através de seus textos, independentemente do processo de crescente globalização tanto econômica quanto política, exerce uma decisiva força persuasiva e propulsora.

Salvo esparsos artigos ou referências, sobretudo de cunho sociopolítico, destacando-se os ensaios de Carlos Lopes e de Carlos Cardoso, creio que não foi feita ainda por guineenses nenhuma obra historiográfico-literária nem sociológica mais abrangente. Na Guiné-Bissau, como vimos, falta ainda quase que completamente esse tipo de preocupação ou de empenho. Não há, por enquanto, reflexões sistemáticas sobre o país em seu

conjunto histórico-social, nem sobre o espírito nacional, nem ideólogos do Estado nacional guineense.

Não estou, com isso, pretendendo lastimar esse último fato, pois me é bastante presente o perigo que os “nacionalismos” podem representar. Mas, justamente devido à ameaçadora sombra do tribalismo, considero de urgência o recrudescimento de um espírito comunitário abraçando a totalidade do território “Guiné-Bissau”, sendo da maior premência incentivar o redespertar do sentido de pertencer a essa *imaginada* comunidade. Considero (e não estou obviamente sozinha) imprescindível a internalização da idéia do Estado da Guiné-Bissau como Nação, mesmo conhecendo a ambigüidade do enunciado e a polêmica em torno do conceito de nação e de nacionalidade. Falta muitas vezes na Guiné-Bissau, em meio ao descrédito e desamparo provocados pela desilusão política, o cuidado, da parte das entidades públicas, na distribuição, na divulgação de imagens identitárias alentadoras. Estas, além de plasmarem a nação e a nacionalidade, podem contribuir igualmente para que sejam desenvolvidos e disseminados sentimentos de pertença e estratégias para a identificação com a causa comum. Nada melhor que a escola e a imprensa para levarem a efeito essa “disseminação”. As escolas precisam encarregar-se, de modo geral, do estudo e do ensino tanto da literatura como da história nacional, o que, em princípio, tem a ver diretamente com o projeto político e educacional de um país, ainda muito precário na Guiné-Bissau. Assim, preenchendo de certo modo essa lacuna, os escritores guineenses – e também os músicos e compositores – cumprem a tarefa desconstrutora e instigante de que se incumbiram, substituindo o discurso demagógico da ideologia dominante e plasmando, com seus textos e suas canções, a representação simbólica do “chão” guineense.

E por que estou insistindo tanto no papel e no valor dos compositores, dos escritores, da literatura?

Porque são eles veículos preciosos para alimentar o sentimento da guineidade. O veículo livro é o principal instrumento das escolas e das universidades. Lendo é que se pode abrir os olhos para o mundo, mas também para dentro de si e de seu próprio país.

É a reconstrução da história e a construção da nação como território de pertencimento que a escola, sobretudo a Universidade, precisa, em minha opinião, procurar realizar mais intensamente na Guiné-Bissau. O povo está tentando, através de um sem-número de iniciativas privadas, através da

música, do reavivamento do teatro popular, das *mandjuandadi*, de muitas outras manifestações tradicionais, restabelecer aos poucos a condição de sua cidadania e de sua dignidade, mas parece faltar ainda uma estratégia de ação, abarcando essas atividades tão louváveis.

Na Guiné-Bissau, o professor, sobretudo o professor universitário, mas não somente, pode contribuir para um processo de tomada de consciência por parte da população. Penso no trabalho das escolas junto à juventude, representantes do futuro do país, penso na recuperação da história coletiva, do especificamente guineense, na revalorização dos bens culturais e simbólicos, mas também das belezas e das singularidades da cultura de cada etnia, respeitando a identidade de cada uma, ressaltando a multiplicidade cultural e contribuindo para o entendimento entre os grupos e a superação de antigas fricções étnicas.

Concluirei, trazendo um exemplo positivo de um intelectual guineense no trabalho em prol de desenvolver esse sentimento que chamei de guineidade, mas que pode ser traduzido por patriotismo, sentimento nacional, “Projecto Guiné-Bissau”, dando afinal no mesmo. Refiro-me ao jornalista Fernando Casimiro, mais conhecido como Didinho, autor de importante página na *internet*, com um programa muito variado, do qual destaco o item *Contributo*. Pedirei emprestado, para finalizar esta minha comunicação, as palavras de Didinho que expressam muito bem o que desejei aqui apresentar:

Esta é a mensagem! O primeiro compromisso de todos os guineenses deve ser para com a Guiné-Bissau. Cabe ao povo guineense a acção da Mudança! [...] Temos potencialidades, falta-nos disciplina! Precisamos de mais empenho, mais dedicação, mais seriedade, mais rigor, enfim, precisamos avivar mais o espírito patriótico. Temos que sentir o país... Temos que nos orgulhar do povo que somos e do país que é nosso. Temos que reconhecer que somos nós a principal solução para os nossos problemas. É preciso que continuemos a acreditar em nós próprios.

E prossegue no mesmo diapasão:

A politização é sinónima de consciência nacional. Uma consciência política nacional em que as vertentes social

e institucional devem ser referências dos direitos e deveres dos cidadãos. Um povo que não tem noção do que é a política é um povo que está sujeito à demagogia, à manipulação. É um povo que não pode aspirar a ser participativo nas decisões que a ele próprio dizem respeito! Não tenhamos medo de fazer uma nova revolução na Guiné-Bissau. Não uma revolução com armas de fogo, mas a revolução da consciência cívica, a revolução das mentalidades, que dará ao nosso povo o direito à liberdade do saber, do conhecimento e quiçá, do pensamento da acção! É urgente fazer ver aos guineenses que o medo de mudar ontem é a razão dos males de hoje e o medo de mudar hoje será a razão dos males de amanhã...²¹

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

AUGEL, Moema Parente. 2007. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.

Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/1/1-009.htm>>. Acessado em: 01.2005.

DJALÓ, Selo. 2008. “Golpe de Estado na Universidade Amílcar Cabral” (22.10.) <http://www.guine-bissau.com/public/newsprint.aspx?newsid=3366&print=1>. Acessado em 02.2009.

_____. 2008. “Que terá levado o Governo a ceder a Universidade Amílcar Cabral ao Grupo Lusófonas?” Agência Bissau (07.11.2008): <http://www.guine-bissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=3416>.

_____. 2008. Universidade Lusófona da Guiné (ULG): não havia necessidade. *Africanidade.com* (Coluna de Opinião), 27.03.2009. Disponível

²¹ Cf. *Projecto Guiné-Bissau*. Esse texto apareceu (e continua a aparecer) em vários momentos no mencionado sítio eletrônico *Contributo*, de Fernando Casimiro (Didinho).

em: <<http://www.africanidade.com/articles/2284/1/html>>. Acessado em: 02.2009.

_____. 2008. Universidade Lusófona da Guiné (ULG): não havia necessidade http://www.kansare.com/index.php?option=com_content&view=article&id=66%3Aulgnecessidade&catid=40%3Asociedade&Itemid=55&lang=pt (o mesmo artigo no jornal guineense *kansaré*).

FANON, Frantz. 1980. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa.

KOUDAWO, Fafali. 1996. A independência começa pela escola: educação do PAIGC versus educação colonial. In: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (org.). *Guiné-Bissau – Vinte anos de independência: Desenvolvimento e democracia. Balanço e perspectivas*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). p. 67-78.

_____. 1996. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: ____; MENDY, Peter (org.). *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). p. 67-121.

MONTEIRO, João José Silva (Huco); SILVA, Delfim da. 1993. Exame longitudinal do comportamento dos indicadores do sistema educativo durante o PAE. In: IMBALI, Faustino (org.). *Os efeitos sócio-económicos do Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). p. 164-227.

_____; MONTEIRO, Lucy. 2008. Um audacioso investimento no futuro. Palestra apresentada no ENCONTRO IBERO-AMERICANO. COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA. Badajós, 27-29.10.2008. Trabalho não publicado.

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS. 2003. Bissau: Ministério de Educação Nacional. Versão validada. Fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.educationdev.net/educationdev/Docs/gu2.PDF>>. Acessado em: 02.2009

SANHÁ, Braima; MENDES, Maria do Carmo; SEMEDO, Maria Odete Costa (org.). 2000. *Educação na Guiné-Bissau* (Organização, evolução e

alguns indicadores de desempenho). Bissau: PLAN INTERNACIONAL. Trabalho não publicado.

SAID, Edward. 1999. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEABROOK, Jeremy. 2001. The Metamorphoses of Colonialism. *Globalization*, v. 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.postcolonialweb.org/poldiscourse/seabrook1.html>> ou <<http://www.globalization.icaap.org>>. Acessado em: 01.2004.

Estudos de Sociologia
Vol. 15, Nº 2

Entrevista com Elísio Salvado Macamo
Remo Mutzenberg e Eliane Veras Soares

Relações entre o Brasil e a África:
os desafios de produção dum conhecimento crítico
Elísio Salvado Macamo

Democratização, sociedade civil e cultura política:
aproximações entre o Brasil e a África lusófona
Remo Mutzenberg e Eliane Veras Soares

Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida
política rural na África do Sul contemporânea
Marcelo Carvalho Rosa

Etnia e relações de poder: o carácter político das "minorias
étnicas" desde uma perspectiva Sul-Sul
Fernando Ribot Cortés

Revisitando a cooperação Brasil/África
face aos desafios dos novos tempos
Maria Odete da Costa Soares Semedo

Marcas da reforma universitária de 1968
e novos desafios para a universidade brasileira
Silke Weber

Desafios de ensino superior na África e no Brasil:
a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau
e a construção da guineidade
Moema Parente Augel

O conceito de sociedade civil: um debate
a partir do contexto da Guiné-Bissau
Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

A tradição oral na África
Zuleide Duarte

Relações entre países da África e Brasil
no campo cultural e científico: recortes literários
Amarino Oliveira de Queiroz

Um cinema à margem
Paulo Marcondes Ferreira Soares

Brasil-África / África-Brasil: Pierre Verger revisitado
José Bento Rosa da Silva

★★ Moema Parente Augel é professora aposentada das universidades de Bielefeld e de Hamburgo, onde ensinou Português por mais de três décadas. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Literaturas Africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Radicada na Alemanha, com inúmeras publicações sobre literatura de viagens, literatura afro-brasileira e guineense. Seu trabalho mais recente é O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau (Garamond, 2007). Contato: moema03@yahoo.de

* Publicado na Revista Estudos de Sociologia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, VOL. 15, Nº2

Reprodução solicitada por Fernando Casimiro (Didinho) e devidamente autorizada pela autora e pela Comissão Editorial da Revista Estudos de Sociologia, para publicação no site www.didinho.org – Associação Guiné-Bissau – CONTRIBUTO



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Associação Guiné-Bissau: **CONTRIBUTO**

www.didinho.org